



## ATA Nº 14/2022

Aos 2 dias do mês de novembro de 2022, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a terceira reunião da quarta sessão ordinária do ano 2022, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

13. Apreciar as informações escritas do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal;

14. Deliberar sobre a Proposta de Projeto de "Regulamento de utilização de espaços que integram os estabelecimentos escolares fora do período das atividades escolares".

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, José Adolfo Carvalho Rocha, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho Guedes, João Humberto Santos Cunha Bastos por José Manuel Alves Novo, Rui Manuel Martins Fidalgo por Fernanda Maria Guedes Bastos, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Manuel Cardoso Pereira e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira por Pedro Nuno Oliveira Tavares.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Álvaro Ferreira da Cunha Monteiro e os Senhores Vereadores Maria Manuel Barbosa Cruz, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, João Manuel Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, iniciando os trabalhos com o ponto 13. Apreciar as informações escritas do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal, começando com a informação referente ao período de abril a maio, dando a palavra ao Presidente da Câmara para a sua apresentação. No uso da palavra o mesmo disse que ficava a disposição para qualquer pergunta que lhe quisessem colocar. Não havendo questões, passou-se à apreciação política do documento

João Matos (BE) disse que a informação escrita era um documento político e que todas as questões que ali colocaria se inscreviam no campo de uma intervenção e da leitura política que dele fazia e disse que na ata 8/2022 de 19 de abril constava uma deliberação sobre a Empreitada de obras públicas de "Ampliação e Requalificação da Escola Básica Sá Couto" – contrato adicional n.º 2 – retificação do valor dos trabalhos a executar, perguntando o que justificou a retificação do valor de 84.826,12+IVA constante da deliberação camarária n.º 19/2022 de 7 de fevereiro para o valor de 122.418,22€+IVA, que dizia respeito a duas derrapagens em 2 meses. Acrescentou que os eleitos do PSD votaram contra, com declaração de voto, que leu, lendo também, de seguida, a declaração de voto dos eleitos do PS e fez notar que nesta última afirmavam que era uma mera retificação, não havendo nenhuma alteração de cariz estrutural da empreitada e como o aumento de 40 mil euros não decorrida de nenhuma alteração do projeto inicial, atirava-se a responsabilidade para uma alegada falta de planeamento na sua conceção e lançamento, dizendo que acreditava nunca ter visto história tão mal contada. Que na ata 9/2022 de 2 de maio, constava uma deliberação sobre a celebração de "Protocolo de colaboração entre o Município de Espinho e A2D Consulting, Lda" e perguntou que empresa era aquela e o que vinha colmatar. Perguntou em que consistia o Protocolo de Colaboração com a Federação Portuguesa de Voleibol, quais eram as verbas e quantos e quais funcionários camarários seriam afetados. Sobre a revogação da empreitada de reabilitação das Ruas 19 e 28 por incapacidade orçamental e financeira perguntou qual era o valor das



indemnizações das empresas concorrentes. Sobre a empreitada de reabilitação da zona norte do concelho entre o Recafe e a Rua 20 – 3ª e 4ª proposta de trabalhos a mais, no valor, respetivamente de 2 mil e 400 e 21 mil euros, perguntou as justificações para aqueles trabalhos a mais. Sobre a missão Ucrânia perguntou qual tinha sido o sucesso daquela missão e quantas famílias no concelho foram apoiadas

Paulo Leite (PSD) que estavam a discutir o documento numa assembleia posterior aquela em que deveria ter sido discutido por ter sido entregue fora do prazo, fazendo com que a discussão dos temas seja feita de forma atrasada com perda de oportunidade. Que fazia todo o sentido, tratando-se da informação escrita, que o Presidente da Câmara fizesse uma apresentação do documento. Disse que havia muitas promessas feitas que estavam por cumprir. Que no caso do mapa de pessoal verificava-se a passagem de 11 para 10 chefias de grau 2, acrescentando-se 5 chefias de grau 3 e no gabinete de apoio à Presidência passou de 4 para 8 colaboradores, o serviço de proteção civil passou de 6 para 9 pessoas, havendo um claro aumento de despesa numa altura em que se referia não haver dinheiro. Que gostariam de saber qual foi a redução de despesa com a alteração do mapa de pessoal, conforme anteriormente referido pelo Presidente da Câmara. Sobre a aquisição de uma ruína em Paramos, que custou cerca de 90 mil euros, não sabiam muito bem para o que serviria. Que, passado um ano a cidade estava mais suja, sem vida, existindo muitas reclamações à gestão autárquica, existindo atrasos nos projetos em curso e arrastavam-se sem explicações. Referiu a falta de animação no verão e referiu vários exemplos que o executivo anterior fazia e a desistência da reabilitação da Rua 19, perdendo-se a oportunidade com as canalizações da água naquela rua que sempre foram problemáticas e questionou o montante das indemnizações aos concorrentes. Disse que havia muitas queixas sobre a recolha do lixo, como se podia verificar na plataforma Espinho Atento.

Ana Rezende (CDU) disse que fazia a avaliação global das duas informações escritas, porque chegavam ao fim do primeiro ano do executivo e que nos documentos havia muita propaganda e não refletia a vida do concelho e os seus problemas, como por exemplo, a obra da escola Sá Couto, em que foram inundadas várias salas de aula e que as salas do pré-escolar estavam subdimensionadas, tendo sido encomendadas mesas retangulares, sendo que as mais indicadas pedagogicamente para aquela faixa etária eram as redondas, mas que nem umas nem outras cabiam nas salas. Que as

obras continuavam a derrapar e a não corresponder às necessidades e ao que devia ter sido contratualmente estabelecido e que, nos documentos, não se via uma única ação do município relativamente aos autores projetistas e aos empreiteiros das várias obras em curso, o que era preocupante porque o tempo estava a passar para puderem apurar judicialmente responsabilidades e eventualmente indemnizações. Que o parque de estacionamento do RECAFE não oferecia segurança porque apresentava fissuras onde cabia um braço e as placas de estrutura de sustentação estavam desniveladas. Que eram exemplos do amadorismo como os projetos foram feitos e como as empreitadas foram entregues e que o município continuava refém daqueles encargos e de responsabilidades que poderiam ser dos projetistas ou dos empreiteiros.

Presidente Câmara esclareceu que existiam, infelizmente vários trabalhos complementares em diversas empreitadas em execução e nalgumas já concluídas. Que foram feitas correções nos autos de medição, erro recorrente que tinham encontrado em todas as obras públicas e que aquelas incongruências foram reclamadas pelo empreiteiro e validadas pela entidade fiscalizadora e pelos serviços municipais. Disse que as obras ainda não tinham sido rececionadas, que estavam focados no assunto e não implicava que todos os intervenientes naquelas empreitadas não viessem a ser responsabilizados. Que a empresa A2D Consulting era responsável pela implementação do programa "Eu sou digital" que se referia à literacia digital junto da população sénior, agia a nível nacional, não tendo sido escolhido pelo município. Sobre a desistência da reabilitação da Rua 19, disse que a empreitada teria sido um desastre, sendo que já não a defendia enquanto vereador da oposição e como Presidente da Câmara, não poderia permiti-la porque implicava o abate de todas as árvores, porque o projeto teria enormes derrapagens, tinha grandes debilidades e incongruências e porque seria penoso para os comerciantes depois de terem passado por uma pandemia. Que as verbas daquela obra seriam alocadas para as empreitadas em curso. A empreitada do Recafe ainda não tinha sido rececionada, mas estava na iminência de acontecer, o que lhes permitiria intervir no espaço público envolvente e eliminar o elevador da rua 33, dinamizar o edifício destinado a posto de turismo e conseguir abrir o parque de estacionamento. Disse que não existiam fissuras, problemas estruturais de tamanho de braços, mas alguns problemas estruturais e falta de alguns equipamentos essenciais para abrir o parque, como medidas de autoproteção, selagens corta-fogo, falta de comunicação da infraestrutura, falta de



comunicação de elevadores e outros ainda em falta e que tiveram de resolver e estavam a aguardar a vistoria da proteção civil. Que o parque seria gerido pelo município, com valores apelativos e seria uma mais-valia para o tecido empresarial. Disse que o município não tinha comprado qualquer ruína em Paramos, tendo apenas a Câmara autorizado a comprar no âmbito de um plano em desenvolvimento em conjunto com outras entidades. Sobre a gestão de resíduos e lavagem, disse que o município tinha vindo a celebrar contratos de aquisição de serviços com entidades externas e que, ao longo dos últimos anos, houve uma redução muito significativa dos serviços efetuados no âmbito da gestão de resíduos e da lavagem do espaço público e que o atual contrato que entrou em vigor em 2021, antes da tomada de posse do atual executivo, e que duraria até 2024, deixou de incluir serviços de varredura manual e mecânica, a lavagem de ruas e espaços públicos e que, 15 dias após a sua entrada em vigor, foi assinada uma adenda ao contrato, onde, para cobrir uma avaria grave de uma viatura do município de recolha de ecopontos, decidiu-se suprimir o piquete de intervenção rápida e as poucas horas previstas para as situações de urgência de cantoneiros, lavagem e varredura mecânicas e limpezas de areais. Que o contrato entrou em vigor em plena pandemia, com restrições e que as pessoas não se aperceberam de imediato dos efeitos por se encontrarem em casa. Que tinham comprado contentores não compatíveis com os camiões de recolha da SUMA. Que tinham os piores resultados em termos de gestão e recolha dos resíduos na LIPOR e que estavam agora a iniciar reformas que já deviam ter acontecido há mais de 10 anos. Que estavam a trabalhar na eficiência hídrica porque tinham perdas de cerca de 40% e também energética.

Relativamente à Missão Ucrânia, a vereadora Leonor Fonseca esclareceu que tiveram cerca de 30 famílias, sendo que 10 retornaram à Ucrânia passado algum tempo, 8 foram para outras zonas do país. Que em parceria com a Paroquia e a Proteção civil e através de pedidos do Alto Comissariado para a Emigração acolheram os refugiados que ficaram num local cedido pelo Centro Social de Paramos, tendo, posteriormente, os que conseguiram continuar a trabalhar on-line com os empresas na Ucrânia, arrendadas locais para viverem e outros estavam em famílias de acolhimento. Que no espaço do quartel colocaram os bens essenciais recolhidos, sendo que os técnicos ficaram no local todos os dias da semana, revezando-se.

Relativamente à segunda informação escrita foram feitas as seguintes intervenções políticas

João Matos (BE) disse que tinham assistido a uma palestra motivacional por parte do Presidente da Câmara, que os esclareceu que 40 mil euros de derrapagens se deviam a erros de medição. Que não tinham percebido de quem e de quê emanava a obrigatoriedade de protocolar com a empresa A2D Consulting, escolhida a nível nacional. Fez notar que a inauguração do parque de estacionamento serviu para a reabilitação pública e política do homem que representava a ruína da gestão pública no concelho, José Mota. Sobre a cessação do contrato pela construtora do Estádio Municipal, disse que as trapalhadas do projeto tinham começado em 2018, antes da guerra na Ucrânia, antes da Pandemia pelo que o Presidente da Câmara não podia responsabilizar aqueles eventos pelos problemas encontrados pelo empreiteiro. Recordou os vários factos e calendarizações da obra do estádio municipal desde 2017. Perguntou qual a pertinência da aquisição do imóvel sito na Rua 2 a sul da Rua 45 por 20 mil euros, conforme consta da deliberação n.º 108/2022. Sobre a prorrogação da empreitada da Escola Sá Couto, constante da deliberação 110/2022, disse que o Presidente da Câmara afirmava que tudo o que estava antes deles era danoso, mas continuava com o mesmo tipo de gestão danosa. Relativamente à deliberação n.º 115/2022 sobre o protocolo de Apoio à Atividade Desportiva do Sporting Clube de Espinho, perguntou, esclarecendo que o BE não se opunha a protocolos com instituições e organizações sediadas no município e que contribuíam para o desenvolvimento e comunidade, em que se materializava aquele protocolo. Que na página 38 da informação escrita era tudo anúncios, pompa sem substância, perguntando se os emigrantes não tinham problemas mais relevantes e angustiantes a tratar do que problemas com reformas do estrangeiro, se os funcionários municipais ou a Vereadora da área não estavam aptos para moderar uma reunião do Núcleo Executivo da Rede Social, havendo necessidade de uma moderadora externa.

Paulo Leite (PSD) lembrou que quando o PSD tomou conta da Câmara herdou uma dívida que depois de totalmente contabilizada superou os 50 M€ e que conseguiu reduzir a dívida em quase 50% que o PS deixou e conseguiu fazer as obras que hoje o PS e a Câmara Municipal inaugurariam. Que o PS fez um contrato ruinoso para o município com o estacionamento pago em Espinho. Que numa Câmara, o objetivo era gerir e tratar dos problemas que surgiam. Sobre a cessação da obra da Rua 19 e



tendo o Presidente referido que tinham perdas de água de 40%, disse que algumas deviam ser naquela rua e que estavam a perder muito dinheiro. Disse ainda que deixaram de fazer a obra por outras alegações que não as referidas pelo Presidente da Câmara sendo que no documento constava que se alterava os pressupostos da decisão de contratar designadamente orçamentais e financeiros e que havia algumas indemnizações a pagar e gostava de saber onde foi utilizado o dinheiro destinado àquela obra. Que estavam à espera da correção do elevador da rua 33, da retificação das curvas da rua 19 e da correção das rampas nas ruas. Leu a deliberação sobre a ruína de Paramos em que constava que a Câmara Municipal deliberou adquirir o imóvel, sendo que na informação que serviu de suporte à deliberação se referia que o imóvel em causa era considerado de interesse estratégico para o Município, pelo que não percebia a explicação dada pelo Presidente da Câmara. Disse que se o PSD estivesse no executivo estariam a resolver os problemas e não a empurrar as culpas para o passado e que tinham deixado dinheiro nos cofres, as contas em dia, os fornecedores recebiam a tempo e horas e que no final do ano deixaram um saldo de gerência positivo. Que após tantos anúncios de tantas promessas feitas, que começaram a não se concretizarem, começou-se a arranjar desculpas.

Ana Rezende (CDU) disse que o executivo PS se escudava nos erros do executivo PSD e que o PSD se escudava nos erros do executivo PS de há mais de 12 anos. Que estavam no passa-culpas e não havia quem governasse o concelho, sendo que passado um ano não se via nada feito para alterar os erros e via-se a opção clara de continuar com algumas obras que no atual estado económico e financeiro e que os custos das derrapagens eram incontroláveis, existindo um erro de base, parecendo que as obras foram encomendadas sem projeto de execução. Que a não execução da obra da rua 19, implicaria o pagamento de indemnizações, importando saber o seu montante e qual era o ganho real e efetivo em não se fazer a obra e onde seria alocado.

Presidente Câmara disse que o terreno que pretendiam adquirir foi um compromisso assumido pelo anterior executivo, com verba comprometida e cabimentada e ficava frente às companhias ao lado da lota e sendo a Câmara de Espinho uma entidade séria e credível pretendiam honrar o compromisso com o proprietário. Sobre os protocolos referiu que eram públicos e pretendia-se a divulgação da prática desportiva na área de formação dos jovens do concelho, sendo que as verbas eram transferidas e

monitorizadas pelo município. Disse que o dinheiro foi usado nas empreitadas em curso e também para honrarem alguns compromissos herdados, como a subida do gás, das taxas de juro, sendo que no último ano do mandato PSD foram contraídos empréstimos na ordem dos 7,5 M€ e que era realidade que tinham alguns problemas de ordem financeira. Que em 2021, a autarquia teve um resultado líquido negativo de 1,2 M€. que o Conselho das Finanças Públicas classificou o município como tendo uma situação muito frágil, podendo ter de recorrer ao regime de saneamento financeiro municipal. Que estavam a fazer um grande esforço para encerrar as empreitadas em curso e trabalhavam diariamente para ultrapassar as dificuldades.

Vereadora Leonor Fonseca disse que foi convidada uma gestora para a reunião da rede social que veio do Porto gratuitamente para se ficar a conhecer uma nova metodologia de trabalho efetuada noutros núcleos executivos. Sobre o gabinete de apoio ao emigrante, referiu ajudavam conforme os pedidos que surgiam e se era sobre problemas com reformas do estrangeiro, então era aquela ajuda que prestavam. Que o ministério dos negócios estrangeiros pedia ao gabinete para fazer uma espécie de mediação ajudando e encaminhando para outros serviços.

Ponto 14. Deliberar sobre a Proposta de Projeto de "Regulamento de utilização de espaços que integram os estabelecimentos escolares fora do período das atividades escolares".

Vereadora Maria Manuel Cruz esclareceu que no seguimento do Decreto-Lei 21/2019 e da transferência de competências, os estabelecimentos de ensino passaram para o município e de forma a dar andamento ao decreto, a cedência dos espaços que integram os estabelecimentos escolares eram obrigatoriamente onerosas, pelo que se elaborou o regulamento.

Ana Rezende (CDU) perguntou para onde seriam alocadas as receitas obtidas pela utilização dos espaços

Vereadora Maria Manuel Cruz esclareceu que a lei referia que todas as verbas eram destinadas a manutenção dos espaços escolares.

Votação: aprovado por unanimidade





Não havendo intervenção por parte do público presente, a reunião foi dada por encerrada.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

---

A Funcionária Municipal,

---